

Sua Excelência

O Ministro das Obras Públicas, Transportes
e Comunicações:

A Comissão de Utentes Unidos pela Ponte, perante a falta de resposta ao pedido de reunião efectuado anteriormente e considerando a urgência da reabertura da ponte sobre o rio Tejo, ligação Constância Sul – Praia do Ribatejo e ligação entre duas vias rodoviárias nacionais – a A23 e a E.N. 118, solicita a Sua Ex.^a informações sobre as medidas que estão a ser tomadas para resolver esta situação e para quando se prevê a abertura da referida ponte.

Sendo esta a única ligação entre as duas margens do concelho, é atravessada diariamente por milhares de pessoas que se deslocam para o seu local de trabalho e/ou para os serviços públicos, equipamentos culturais e desportivos que se encontram na sede do concelho, bem como por outras entidades que realizam serviços de apoio às populações nas duas margens do concelho, não esquecendo de referir a deslocação de alunos para a única Escola Básica e Secundária existente no concelho.

Não podendo efectuar a travessia neste local estas populações vêm-se obrigadas a utilizar a Ponte da Chamusca ou do Rossio ao Sul do Tejo, o que aumenta o percurso para a sede do concelho em cerca de 80 Km e o tempo de deslocação de 10 minutos para cerca de hora e meia, não contando com o congestionamento das referidas pontes face ao aumento significativo de trânsito.

Pelo que ficou dito não podemos deixar de referir os custos que esta situação acarreta tanto para as famílias como para as empresas e instituições locais que prestam serviços nomeadamente nas áreas da saúde e apoio social.

Na sequência de diversas reuniões realizadas com a população, instituições e empresas verificámos, com preocupação que:

1. Algumas pequenas empresas perspectivam o encerramento com o conseqüente despedimento dos seus trabalhadores, face ao aumento dos custos de produção e à redução do número de clientes.
2. Importantes indústrias sediadas no concelho vêm dia a dia os seus custos de produção agravados, retirando-lhes competitividade nos mercados, pelo facto de terem de percorrer mais 80 km para o acesso às matérias-primas necessárias ou para o escoamento da sua produção, sofrendo danos consideráveis com reflexos significativos nas comunidades envolvidas.
3. O Campo Militar de Santa Margarida, instalado na margem sul deste concelho, vê-se obrigado a percorrer centenas de km para poder deslocar os seus equipamentos e ter acesso às principais vias rodoviárias nacionais.
4. As Forças de Segurança e os Bombeiros vêem impossibilitada a sua acção em situações de acidente, cheias, incêndios e outras ocorrências com maior ou menor gravidade.
5. Estabelecimentos de ensino na área da música e das línguas perspectivam o se encerramento ou vêm a sua actividade reduzida em cerca de 40%, face às dificuldades de deslocação dos seus alunos, bem como na área desportiva agora amputada de grande parte dos seus praticantes, o que põe em causa a continuidade de projectos já iniciados e com resultados muito positivos nesta área.
6. As famílias vêm o seu orçamento familiar reduzido face ao aumento das despesas de deslocação com o conseqüente agravamento das condições de vida destas pessoas.

Face ao exposto, esta comissão exige que de imediato seja iniciado o processo de obras de reabilitação da ponte, conforme protocolo já existente e sobre o qual a Câmara Municipal de Constância se pronunciou favoravelmente em reunião realizada em 4 de Março de 2009, e conforme declaração pública de Sua Ex.^a o Sr. Primeiro Ministro Engenheiro José Sócrates, em 24 de Outubro de 2008, em visita efectuada à fábrica da Mitsubishi em que declarava *“o inicio imediato do processo que conduzirá à requalificação da actual ponte”*.

Acredite Senhor Ministro que o arrastar desta situação terá graves custos económicos e sociais não só para as populações isoladas da freguesia de Santa Margarida mas, para

Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

todo o concelho de Constância e para toda esta região privada desta acessibilidade a que tem direito.

Com os melhores cumprimentos

Constância, 26 de Agosto de 2010

Pela Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

Aos Grupos Parlamentares

Assunto: Encerramento da Ponte sobre o Rio Tejo (Ligação Constância Sul/Praia do Ribatejo)

Exmos. Senhores,

A Comissão de Utentes Unidos pela Ponte, vem por este meio expor a situação dramática que se vive na nossa região e particularmente no concelho de Constância e na freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, devido ao inesperado encerramento da ponte sobre o Rio Tejo, no passado dia 20 de Julho de 2010.

Sendo esta a única ligação entre as duas margens do concelho, é atravessada diariamente por milhares de pessoas que se deslocam para o seu local de trabalho e/ou para os serviços públicos, equipamentos culturais e desportivos que se encontram na sede do concelho, bem como por outras entidades que realizam serviços de apoio às populações nas duas margens, não esquecendo de referir a deslocação de alunos para a única Escola Básica e Secundária existente no concelho.

Não podendo efectuar a travessia neste local, estas populações vêem-se obrigadas a utilizar a Ponte da Chamusca ou do Rossio ao Sul do Tejo, o que aumenta o percurso para a sede do concelho em cerca de 80 Km e o tempo de deslocação de 10 minutos para cerca de hora e meia, não contando com o congestionamento das referidas pontes face ao aumento significativo de trânsito.

Pelo que ficou dito, não podemos deixar de referir os custos que esta situação acarreta tanto para as famílias, como para as empresas e instituições locais que prestam serviços nomeadamente nas áreas da saúde e de apoio social.

Na sequência de diversas reuniões realizadas com a população, instituições e empresas verificámos, com preocupação que:

1. Algumas pequenas empresas perspectivam o encerramento com o conseqüente despedimento dos seus trabalhadores, face ao aumento dos custos de produção e à redução do número de clientes.
2. Importantes indústrias sediadas no concelho vêm dia a dia os seus custos de produção agravados, retirando-lhes competitividade nos mercados, pelo facto de terem de percorrer mais 80 km para o acesso às matérias-primas necessárias ou para o escoamento da sua produção, sofrendo danos consideráveis com reflexos significativos nas comunidades envolvidas. Os CIRVER, única unidade no país de tratamento de resíduos industriais perigosos, a Mitsubishi e a Caima do grupo Cofina/Altri, unidades industriais de importância económica nacional vêm diariamente agravada a sua actividade.
3. O Campo Militar de Santa Margarida, instalado na margem sul deste concelho, vê-se obrigado a percorrer centenas de km para poder deslocar os seus equipamentos e ter acesso às principais vias rodoviárias nacionais.
4. As Forças de Segurança e os Bombeiros vêm impossibilitada a sua acção em situações de acidente, cheias, incêndios e outras ocorrências com maior ou menor gravidade.
5. Estabelecimentos de ensino na área da música e das línguas perspectivam o seu encerramento ou vêm a sua actividade reduzida em cerca de 40%, face às dificuldades de deslocação dos seus alunos, bem como na área desportiva agora amputada de grande parte dos seus praticantes, o que põe em causa a continuidade de projectos já iniciados e com resultados muito positivos nesta área.

6. As famílias vêem o seu orçamento familiar reduzido face ao aumento das despesas de deslocação com o conseqüente agravamento das condições de vida destas pessoas.

Na presente data, aguarda-se o Relatório da Inspeção à Ponte, cujas conclusões determinarão qual a intervenção necessária, para uma eventual abertura ao trânsito de veículos ligeiros.

Em face do exposto, solicitamos a V. Exas., que diligenciem no sentido de:

Que o estudo agora desenvolvido seja acelerado e apresentado o mais rapidamente possível ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Que seja apresentada pelo respectivo Ministério a solução definitiva para a travessia do Tejo na zona de Constância, com a existência de duas vias rodoviárias que rapidamente ligue a A23 à EN 118;

Que esta travessia seja considerada de interesse nacional, e tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através da Estradas de Portugal, S.A.;

Que parte dos encargos com a reabilitação da ponte como é proposto, não seja assumida pelas Câmaras de Constância e de Vila Nova da Barquinha;

Que no próximo Orçamento de Estado seja prevista a verba com vista a ressarcir as autarquias pelos prejuízos causados.

Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

A fim de melhor documentar esta nossa exposição anexamos os seguintes documentos:

- Memorando elaborado pelo presidente da Câmara Municipal de Constância que exerceu funções deste Janeiro de 1986 a Outubro de 2009;
- Memorando do actual Presidente da Câmara Municipal de Constância;
- Informações à população emitidas pela Câmara Municipal de Constância.

Com os melhores cumprimentos

Constância, 29 de Setembro de 2010

Pela Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

Sua Excelência
o Presidente da Assembleia da República

Assunto: Encerramento da Ponte sobre o Rio Tejo (Ligação Constância Sul/Praia do Ribatejo)

Excelência,

A Comissão de Utentes Unidos pela Ponte, vem por este meio expor a situação dramática que se vive na nossa região e particularmente no concelho de Constância e na freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, devido ao inesperado encerramento da ponte sobre o Rio Tejo, no passado dia 20 de Julho de 2010.

Sendo esta a única ligação entre as duas margens do concelho, é atravessada diariamente por milhares de pessoas que se deslocam para o seu local de trabalho e/ou para os serviços públicos, equipamentos culturais e desportivos que se encontram na sede do concelho, bem como por outras entidades que realizam serviços de apoio às populações nas duas margens, não esquecendo de referir a deslocação de alunos para a única Escola Básica e Secundária existente no concelho.

Não podendo efectuar a travessia neste local, estas populações vêem-se obrigadas a utilizar a Ponte da Chamusca ou do Rossio ao Sul do Tejo, o que aumenta o percurso para a sede do concelho em cerca de 80 Km e o tempo de deslocação de 10 minutos para cerca de hora e meia, não contando com o congestionamento das referidas pontes face ao aumento significativo de trânsito.

Pelo que ficou dito, não podemos deixar de referir os custos que esta situação acarreta tanto para as famílias, como para as empresas e instituições locais que prestam serviços, nomeadamente nas áreas da saúde e de apoio social.

Na sequência de diversas reuniões realizadas com a população, instituições e empresas verificámos, com preocupação que:

1. Algumas pequenas empresas perspectivam o encerramento com o conseqüente despedimento dos seus trabalhadores, face ao aumento dos custos de produção e à redução do número de clientes.
2. Importantes indústrias sediadas no concelho vêm dia a dia os seus custos de produção agravados, retirando-lhes competitividade nos mercados, pelo facto de terem de percorrer mais 80 km para o acesso às matérias-primas necessárias ou para o escoamento da sua produção, sofrendo danos consideráveis com reflexos significativos nas comunidades envolvidas. Os CIRVER, única unidade no país de tratamento de resíduos industriais perigosos, a Mitsubishi e a Caima do grupo Cofina/Altri, unidades industriais de importância económica nacional vêm diariamente agravada a sua actividade.
3. O Campo Militar de Santa Margarida, instalado na margem sul deste concelho, vê-se obrigado a percorrer centenas de km para poder deslocar os seus equipamentos e ter acesso às principais vias rodoviárias nacionais.
4. As Forças de Segurança e os Bombeiros vêm impossibilitada a sua acção em situações de acidente, cheias, incêndios e outras ocorrências com maior ou menor gravidade.
5. Estabelecimentos de ensino na área da música e das línguas perspectivam o seu encerramento ou vêm a sua actividade reduzida em cerca de 40%, face às dificuldades de deslocação dos seus alunos, bem como na área desportiva agora amputada de grande parte dos seus praticantes, o que põe em causa a continuidade de projectos já iniciados e com resultados muito positivos nesta área.
6. As famílias vêm o seu orçamento familiar reduzido face ao aumento das despesas de deslocação com o conseqüente agravamento das condições de vida destas pessoas.

Na presente data, aguarda-se o Relatório da Inspeção à Ponte, cujas conclusões determinarão qual a intervenção necessária, para uma eventual abertura ao trânsito de veículos ligeiros.

Em face do exposto, solicitamos a Vossa Excelência, que diligencie no sentido de:

Que o estudo agora desenvolvido seja acelerado e apresentado o mais rapidamente possível ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Que seja apresentada pelo respectivo Ministério a solução definitiva para a travessia do Tejo na zona de Constância, com a existência de duas vias rodoviárias que rapidamente ligue a A23 à EN 118;

Que esta travessia seja considerada de interesse nacional, e tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através da Estradas de Portugal, S.A.;

Que parte dos encargos com a reabilitação da ponte como é proposto, não seja assumida pelas Câmaras de Constância e de Vila Nova da Barquinha;

Que no próximo Orçamento de Estado seja prevista a verba com vista a ressarcir as autarquias pelos prejuízos causados.

A fim de melhor documentar esta nossa exposição anexamos os seguintes documentos:

- Memorando elaborado pelo Presidente da Câmara Municipal de Constância que exerceu funções deste Janeiro de 1986 a Outubro de 2009;
- Memorando do actual Presidente da Câmara Municipal de Constância;
- Informações à População emitidas pela Câmara Municipal de Constância.

Apresentamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a expressão da nossa mais alta consideração.

Constância, 7 de Outubro de 2010

Pela Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

**Sua Excelência
O Ministro das Obras Públicas
Transportes e Comunicações**

Assunto: Encerramento da Ponte sobre o Tejo (Ligação Constância Sul / Praia do Ribatejo-Pedido de Reunião

Excelência,

A Comissão de Utentes Unidos pela Ponte, vem por este meio expressar a sua apreensão pelo facto de até à presente data não ter sido possível, por parte de Vossa Excelência, a marcação de uma reunião com o objectivo da troca de argumentos sobre a urgência da reabertura da Ponte sobre o Tejo que faz a ligação entre Constância Sul e Praia do Ribatejo.

Permita-me informar que o nosso anterior pedido, datado de 25/7/2010, do qual obtivemos resposta através do V/ documento 004331 de 30/7/2010 não obteve qualquer resultado.

Informa Vossa Excelência, no documento referido, que o assunto foi encaminhado para os Gabinetes de Suas Excelências os Secretários de Estado Adjunto e das Obras Públicas e das Comunicações e dos Transportes. Lamentavelmente, até à presente data, não foi por nós recebida qualquer comunicação sobre a disponibilidade de audiência.

Excelência

Nesta Região do Médio Tejo e particularmente no Concelho de Constância, o encerramento desta travessia, tem levado a uma degradação muito rápida da situação económica, social e cultural.

As famílias vêem os seus rendimentos muito diminuídos face à obrigatoriedade de fazer mais 80 Km para aceder à maioria dos locais de trabalho.

Algumas pequenas empresas já encerraram e outras reduziram drasticamente o seu volume de negócios pondo em causa a sua continuidade.

As forças de Segurança e os Bombeiros vêem a sua acção impossibilitada. Grandes empresas como a Caima, Mitsubishi, Resitejo, Sisav e outras reduzem a sua competitividade a níveis críticos.

Fruto do encerramento em causa e ainda do estrangulamento a muitas horas do dia na ponte de Chamusca, as Unidades Militares situadas em Santa Margarida e Tancos encontram-se com os seus exercícios e mobilidade altamente limitada.

O acesso à Escola sede do Agrupamento, por parte dos alunos da margem sul, para além de uma grande aventura para jovens com 10/11 anos é um encargo insuportável, a prazo, para as entidades responsáveis.

Excelência,

Queira acreditar que o encerramento da Ponte virou do avesso a vida de milhares dos seus utilizadores.

Queira acreditar que algumas unidades produtivas afectadas começam a equacionar a sua continuidade neste território.

Queira acreditar que não é suportável financeiramente, para qualquer instituição, nomeadamente; Misericórdia, Câmara Municipal, Unidades Militares e outras, a manutenção da presente situação durante muito mais tempo.

Queira acreditar que esta Comissão de Utentes, constituída por cidadãos cujo único interesse é o de contribuir para a rápida resolução deste grave problema, continua determinada em fazer ouvir a sua voz caso o relatório da inspecção não seja conhecido dentro do prazo prometido, que expira esta semana.

Sabemos das diligências efectuadas pelos Srs. Presidentes das autarquias e das suas preocupações, mas não temos respostas concretas. Porquê tanto tempo para realizar o relatório. Será que não é uma prioridade? Será que foram impostos prazos às entidades responsáveis? Não conseguimos compreender. Por favor expliquem-nos. As populações precisam e têm direito de obter explicações. Senão, será legítimo e compreensível que este povo que sofre há mais de três meses, ao sentir-se abandonado, reaja! A sua compreensão atingiu o limite.

Com a convicção de que nem nós, nem muito particularmente Vossa Excelência, têm interesse em contribuir para o definhamento de toda uma Região reiteramos a urgência da realização da reunião solicitada.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Comissão de Utentes Unidos pela Ponte

Rui M. Ferreira

Constância, 26 de Outubro de 2010

Contactos: 926466308

E-mail – unidospontetejo@gmail.com



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinets do Ministro

30. JUL 2010 004331

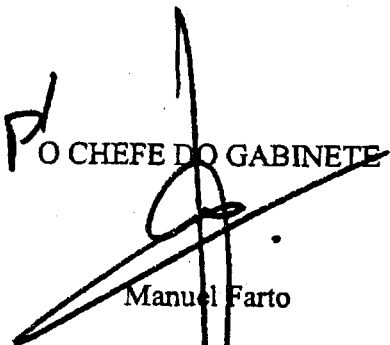
Exma. Senhora
Júlia Maria Gonçalves Amorim
Comissão de Utentes "Unidos pela Ponte"
Via e-mail

Proc.º 21.93/2010

**Assunto: ENCERRAMENTO DA PONTE SOBRE O TEJO
LIGAÇÃO DE CONSTÂNCIA SUL / PRAIA DO RIBATEJO**

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de acusar a recepção do e-mail de 2010.07.25 que mereceu a melhor atenção e de informar que o mesmo foi enviado, nesta data, aos Gabinetes de Suas Excelências os Secretários de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações e dos Transportes face à delegação de competência existente.

Com os melhores cumprimentos


O CHEFE DO GABINETE
Manuel Farto

SÉRGIO NUNES

Substituto em substituição do Chefe do Gabinete
(Disp. 24960, 2.ª Série de 13/11/2009)

FM/LC



Câmara Municipal de Constância

2250-909 CONSTÂNCIA

Gabinete do Presidente

Ponte sobre o rio Tejo (ligação Constância Sul / Praia do Ribatejo)

Memorando

23 de Fevereiro 2009

Recepção da minuta do Protocolo a celebrar entre os Municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha e as Estradas de Portugal

6 de Março de 2009

Envio – às EP – da decisão da Câmara, que contém a disponibilização para assinar o Protocolo.

30 de Outubro de 2009

Autarquia recebeu ofício do Sec. Estado das OP dando conta do arquivamento do processo por “falta de resposta ao ofício de 23 de Fevereiro de 2009”

Cronograma ... pós 31.Out. 2010

5 de Novembro de 2009

Presidente da Câmara solicitou audiência ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para apresentar preocupações relativamente à ponte e às consequências dos propósitos enunciados no Ofício do Sec. de Estado.

17 de Novembro de 2009

Presidente da Câmara solicitou audiência ao Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações com o mesmo objectivo.

14 de Dezembro de 2009

Foi agendada a audiência com o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações (Posteriormente foi desmarcada)

18 de Março de 2010

Audiência com o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

2 de Julho de 2010

Recebido Fax da REFER informando que “devido à realização de trabalhos de inspecção ao tabuleiro rodoviário da Ponte da Praia do Ribatejo, a mesma estaria encerrada entre os dias 6 e 9 de Julho”.



Câmara Municipal de Constância

2250-909 CONSTÂNCIA

Gabinete do Presidente

8 de Julho

Reunião no Governo Civil de Santarém com a participação do Ministério das OPTC, EP, REFER e Municípios de Vila Nova da Barquinha e Constância. Para analisar consequências do encerramento da ponte.

19 de Julho de 2010

A REFER entrega relatório no MOPTC, no Governo Civil e nos Municípios e informa estes que a ponte encerrará – por falta de segurança – às 00:00 do dia 21 de Julho.

20 de Julho de 2010

Reunião no MOPTC. Iniciada a tomada de medidas com vista à resolução do problema, assumindo-se a necessidade de aceitar a sugestão da REFER no sentido de ser efectuada inspecção sob a óptica de “via rodoviária” da qual – admitia-se – poderia resultar a solução de ... “REABRIR A PONTE”.

24 de Agosto de 2010

A Governadora Civil do Distrito de Santarém é chamada ao Gabinete do MOPTC para receber o relatório preliminar. Que concorda com o encerramento até se realizar uma inspecção que durará “dois meses”...

1 de Setembro de 2010

Reunião no Gab. do MOPTC.

Começa a delinear-se a ideia de retomar o Protocolo anteriormente estabelecido, com vista a uma “grande intervenção na ponte”. É admitida uma reabertura provisória da ponte, após inspecção e pequenas reparações.

Após o resultado da inspecção e relatório – finais de Outubro – concluir-se-á o Protocolo que será assinado, dando-se então início ao processo de financiamento e projecto da “grande intervenção”.

Constância, 27 de Setembro de 2010

O Presidente da Câmara Municipal,

Máximo Ferreira

Máximo de Jesus Afonso Ferreira

Ponte sobre o Rio Tejo

(ligação Constância Sul / Praia do Ribatejo)

MEMORANDO

- Ponte que liga Constância Sul à Praia do Ribatejo (antiga ponte ferroviária)
- Nova ponte de ligação da EN 118 à A 23 na zona de Constância / Vila Nova da Barquinha

Em 21 de Novembro de 1984 foi celebrado um protocolo entre o Ministério do Equipamento Social, o Governo Civil de Santarém, os Caminhos-de-Ferro Portugueses e as Câmaras Municipais de Constância e de Vila Nova da Barquinha que permitiu utilizar a antiga ponte ferroviária, adaptando-a ao tráfego rodoviário, a qual entrou em funcionamento em 21 de Maio de 1988, sem qualquer limitação de carga.

A razão é que entre as pontes de Abrantes e da Chamusca se justifica uma travessia aqui. Por isso, e dado o interesse regional e nacional, o Governo suportou todos os encargos, não só na ponte como nos acessos. A importância desta travessia em Constância e Vila Nova da Barquinha tem sido evidenciada ao longo destes anos, revelando-se mesmo, em ocasião de cheias, decisiva para o atravessamento do Tejo, quando estão submersas as estradas de acesso a todas as outras pontes desde Santarém até ao Rossio de Abrantes.

Poucos anos passados sobre a sua abertura, devido ao aumento de tráfego e à falta de condições de circulação e de segurança, constatava-se a necessidade de construção de uma nova ponte que substituísse a existente.

Realizaram-se reuniões no Ministério das Obras Públicas e também na então Junta Autónoma de Estradas, hoje Estradas de Portugal, sobre essa necessidade e foram enviados a estas entidades diversos ofícios com a fundamentação deste assunto.

Em 1998, no Governo do Primeiro-Ministro António Guterres, o então Secretário de Estado das Obras Públicas, Maranha das Neves, lavrou um despacho em que a Administração Central assumiu a necessidade de uma nova ponte nas proximidades de Constância, o que deu origem à execução de estudos para tal fim.

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações incluiu os estudos desta nova ponte na variante da EN 118 - Constância Sul ao Gavião.

Não obstante o processo para a construção duma nova ponte estar então a desenvolver-se, as autarquias de Constância e de Vila Nova da Barquinha alertam a tutela para a precariedade da actual ponte. As filas são longas e demoradas, os acidentes ocorrem quase todas as semanas e a conservação estrutural não é feita, dada as dificuldades técnicas e financeiras dos municípios.

As autarquias apenas asseguram a gestão corrente da ponte: remendos no tabuleiro, arranjo das protecções laterais devido aos muitos acidentes, electricidade, semáforos e poucos mais.

A tutela - Secretaria de Estado das Obras Públicas - tinha perfeito conhecimento disso e aceitava-o, assim como a Estradas de Portugal.

No dia 4 de Março de 2001, a ponte de Entre-os-Rios sofre um colapso com o desabamento de parte de sua estrutura, provocando um grave acidente.

Dois dias depois, são vistoriadas aqui as pontes do Zêzere e do Tejo, através da Estradas de Portugal.

Na sequência dessa acção, é atribuído o grau de segurança 4 à ponte do Zêzere e 3 à ponte do Tejo.

No imediato, a Estradas de Portugal desenvolve os procedimentos para a reabilitação da ponte sobre o rio Zêzere.

Em Agosto de 2004, António Mexia, na altura Ministro das Obras Públicas, procedeu à cerimónia de reabertura da ponte do Zêzere após a sua reabilitação e visitou a velha ponte de Constância Sul / Praia do Ribatejo, onde afirmou que no ano seguinte - 2005 - haveria solução para o problema desta travessia com o lançamento do concurso para construção da nova ponte e que a manutenção da infra-estrutura existente seria assumida pelo Instituto de Estradas de Portugal. Infelizmente, nada disto aconteceu...

Em Março do ano de 2006, soubemos que o Governo do Primeiro-Ministro José Sócrates tem como prioridade a construção duma outra ponte entre Tramagal e Abrantes, ignorando compromissos assumidos anteriormente (de forma escrita) no tocante à construção da ponte que substituiria a actual, em Constância / Vila Nova da Barquinha, conforme estudos realizados durante a vigência de vários Governos de diferentes orientações políticas (PS, PSD e PSD/CDS-PP), de forma a assegurar uma ligação de qualidade da EN 118 à A 23 nesta zona.

O tempo passa, não se vê grande vontade política em resolver este problema e as condições de precariedade e falta de segurança na ponte aumentam inevitavelmente.

Não acreditamos que a construção de novas travessias, nomeadamente entre Tramagal e Abrantes, retire o tráfego à actual ponte de Constância Sul / Praia do Ribatejo e lamentamos que o poder político em Lisboa ignore a sua importância, não apenas para esta região como para o país.

Pela nossa parte, não nos conformamos com as anunciadas intenções do Governo. Não construir uma nova ponte neste lugar privilegiado de travessia do Tejo, para além de deitar por terra compromissos assumidos e expectativas legitimamente criadas, é um erro estratégico grave e um acto de discriminação com que não podemos pactuar.

Em 10/04/2006 é feita nova inspecção à ponte ferro-rodoviária pela Estradas de Portugal, tendo resultado a evolução do grau de segurança de 3 para 4.

Em 27/06/2006 os deputados das Comissões Parlamentares de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ambiente e Ordenamento do Território visitam a ponte sobre o Tejo e reúnem na Câmara Municipal de Constância para se inteirarem de todo este processo.

Por outro lado, considerando a inspecção atrás referida como medida que visa assegurar a sua maior longevidade possível e no intuito de causar o menor prejuízo aos utilizadores, as Câmaras Municipais de Constância e de Vila Nova da Barquinha aprovaram, em 28/06/2006, o seguinte:

- a) Interditar o trânsito na ponte de Constância Sul / Praia do Ribatejo a veículos a partir de 15 toneladas - uma medida que deverá entrar em vigor a 10 de Julho de 2006;

- b) Reclamar, uma vez mais, junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que assuma as responsabilidades de gestão desta ponte e a sua plena reabilitação;
- c) Continuar a defender que sejam cumpridos os compromissos assumidos pelo Governo, construindo uma nova travessia que ligue a EN 118 à A 23 na zona de Constância / Vila Nova da Barquinha, integrada na variante da EN 118 - Constância Sul / Gavião.

A Junta da Comunidade Urbana do Médio Tejo (municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) aprovou, por unanimidade, esta posição em 7/7/2006, com exclusão da alínea a).

Com a restrição imposta na utilização da ponte, deixaram de por ali passar diariamente mais de 300 camiões, com consequências muito graves para as empresas.

Com o assunto sem resolução à vista, são evidentes os prejuízos para todos e as consequências em investimentos que estão ou irão ser feitos para servirem o país. Não são apenas as questões do Eco-Parque na Chamusca e dos CIRVER's, mas também o que o grupo Cofina pretende criar nesta região, com a linha completa na Celulose do Caima em Constância Sul, assim como a Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal e a Biorrefinaria de Derivados de Madeira. Estamos a falar de investimentos à escala nacional que também eles contribuirão para o cumprimento dos objectivos ambientais a que Portugal se vinculou no âmbito do protocolo de Quioto.

Alguns veículos com peso superior à limitação imposta continuavam a utilizar a ponte, pois a Guarda Nacional Republicana não tem efectivos que reforcem a fiscalização das medidas impostas.

Recorde-se que a licença ambiental, para funcionamento dos Cirver's na Chamusca foi emitida no pressuposto de que as empresas transportadoras dos resíduos para esses equipamentos utilizassem a Ponte em Constância, conforme foi indicado nas propostas dos concorrentes. Como isso não está a acontecer, os transportes desses resíduos atravessam núcleos urbanos contrariando a licença ambiental emitida.

Dada a opção de não construção duma nova ponte nesta zona, os municípios de Constância e de Vila Nova da Barquinha, insistem com veemência junto da tutela, para que a velha ponte seja convenientemente reparada. Assim, por indicação do Secretário de Estado das Obras Públicas, o Conselho de Administração da Estradas de Portugal delibera, em 16/5/2006, iniciar o procedimento administrativo com vista à elaboração do projecto de reabilitação da ponte ferro-rodoviária, o que, após esses procedimentos, foi adjudicado à firma Armando Rito.

Entretanto e após a avaliação de toda a estrutura da ponte, realizada pelo Instituto de Soldadura e Qualidade, em articulação com a Estradas de Portugal e a empresa projectista, esta elaborou o primeiro relatório que apresentou à Estradas de Portugal.

Um resumo desse trabalho chegou às Câmaras Municipais em 14 de Novembro de 2007.

Foi enviada resposta à Estradas de Portugal sobre as questões que nos foram colocadas e relacionadas com o projecto para reabilitação da ponte. Também foi elaborado um ofício dirigido ao senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, solicitando a celeridade na execução do projecto de reabilitação da ponte, mas igualmente mostrando as dificuldades financeiras dos municípios para suportarem os custos de tal obra, pelo que solicitávamos que fosse o Governo a assumi-los.

Em 20 de Novembro de 2007, ocorre um deslizamento da linha ferroviária suportada pelos mesmos pilares da Ponte Ferro-rodoviária, o que originou a interrupção do transporte ferroviário durante três dias e a não utilização da Ponte Ferro-rodoviária aproximadamente um dia.

A Estradas de Portugal, através de técnicos que se deslocaram ao local, informaram que nenhum reflexo do que aconteceu na linha ferroviária, se fez sentir na Ponte Ferro-rodoviária. Contudo, como medida de precaução o Governo Civil de Santarém determinou que as condicionantes nesta Ponte, fossem agravadas, passando a não ser permitido cargas superiores a 10 toneladas, exceptuando-se os transportes públicos e de emergência.

No dia 1 de Agosto de 2008, foi entregue às Câmaras Municipais de Constância e de Vila Nova da Barquinha o projecto de reabilitação da Ponte de Constância Sul / Praia do Ribatejo, cujo orçamento era de dois milhões e quatrocentos mil euros acrescido do IVA em vigor.

No mês seguinte, Setembro de 2008, existem contactos com o Secretário de Estado das Obras Públicas para tentar encontrar formas de financiamento para a reabilitação da ponte. Conforme ofícios enviados, era nosso entendimento que, tal como no passado, também agora deveria ser o Governo a suportar esses encargos.

Em Outubro de 2008 (primeira quinzena), realizou-se uma reunião em Lisboa com o Secretário de Estado das Obras Públicas e os Presidentes dos Municípios de Constância e de Vila Nova da Barquinha.

Este governante apresentou um projecto de protocolo que previa que as obras da ponte fossem financiadas em 70% pelos fundos comunitários (QREN). Os restantes 30% deveriam ser assumidos pela REFER, a Estradas de Portugal e os municípios envolvidos de Constância e de Vila Nova da Barquinha. Cada autarquia suportaria sensivelmente duzentos mil euros. À Estradas de Portugal caberia também ser a dona da obra, competindo-lhe lançar o procedimento do concurso e a adjudicação, gerir o contrato da empreitada e fiscalizar a execução da obra. Sobre o pagamento que nos era imposto, de nada valeram os argumentos das autarquias, como a importância da travessia no contexto regional e nacional, as dificuldades financeiras dos dois pequenos municípios, as expectativas que nos tinham sido criadas em todo este longo processo, etc., etc. Tudo isto não demoveu o Secretário de Estado de insistir no pagamento que tínhamos que fazer: duzentos mil euros.

Ainda em Outubro de 2008, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, desloca-se a Tramagal, à Mitsubishi, ocasião em que anuncia publicamente a construção duma nova ponte em Tramagal integrando o IC 9 e a reabilitação de imediato (conforme projecto já elaborado) da ponte de Constância Sul / Praia do Ribatejo. Passaram alguns meses, sendo permanente a nossa insistência junto da Secretaria de Estado das Obras Públicas, para que o protocolo já falado fosse assinado. Só assim a Estradas de Portugal lançaria o concurso da obra.

O texto do protocolo apenas chegou às Câmaras Municipais em 23 de Fevereiro de 2009.

A Câmara Municipal de Constância, não obstante julgar injusto ter que suportar a verba já mencionada, delibera por unanimidade, em reunião de 4 de Março de 2009, aceitar e concordar com o protocolo. No dia 6 de Março de 2009 (onze dias depois do documento dar entrada na Câmara), enviamos um ofício com a deliberação tomada à Estradas de Portugal, dando-lhe conhecimento, e também à Secretaria de Estado das Obras Públicas.

Várias insistências telefônicas foram feitas para as entidades que lideravam o processo - Estradas de Portugal e Secretaria de Estado das Obras Públicas - com o objectivo de o protocolo ser assinado e produzir efeitos. Era-me respondido não ser isso possível, com a fundamentação de que a Barquinha e a REFER não respondiam a manifestar vontade em aceitarem o mesmo.

A nossa insistência junto da Secretaria de Estado das Obras Públicas era quase diária: as entidades em falta deveriam assumir as suas responsabilidades e a reabilitação da ponte feita, conforme anúncio em Outubro de 2008 pelo Primeiro-Ministro quando esteve em Tramagal.

Chegado o mês de Outubro de 2009, um ano após o anúncio do Primeiro-Ministro sobre a reabilitação da ponte, constatámos, lamentavelmente e sem que nisso tivéssemos qualquer responsabilidade, que o processo não teve andamento como é nosso desejo, tudo tendo feito para que tal acontecesse.

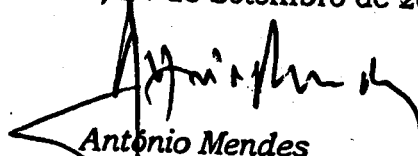
Nesse mês de Outubro de 2009 decorrem as eleições para as autarquias locais. Pouco tempo antes da tomada de posse do novo Presidente e respectivos órgãos autárquicos, é recebido na Câmara Municipal um ofício da Secretaria de Estado das Obras Públicas, referindo que o protocolo ficava sem efeito, dado não ter sido assinado.

Antes de cessar formalmente as funções de Presidente da autarquia e com o sentido de responsabilidade inerente às decisões coerentemente tomadas no decurso deste processo, informei o Presidente eleito, Máximo Ferreira, de todos os passos dados, entidades e partes envolvidas, intenções demonstradas, posturas e compromissos assumidos, perante toda esta problemática, tento este, no pleno exercício das suas funções, encetado as diligências que julgou adequadas à célere resolução deste assunto.

Tudo o que é mencionado neste resumo tem suporte documental arquivado na Câmara Municipal de Constância, exceptuando-se, como é natural, os telefonemas e contactos directos.

O que se passou desde o início de Novembro de 2009 até ao presente compete aos Presidentes das Câmaras de Constância e de Vila Nova da Barquinha informar e justificar.

Constância, 24 de Setembro de 2010



António Mendes

Presidente da Câmara Municipal de Constância de Janeiro de 1986 a Outubro de 2009
Actual Presidente da Assembleia Municipal de Constância



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
ACTA N.º 5/2009 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04-03-2009

7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

7.1 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE MONTALVO: Ofício n.º 19/09, datado de 13 de Fevereiro de 2009, solicitando a cedência de uma carrinha para acompanhar a prova de Cicloturismo que se realiza no dia 5 de Abril do corrente ano, assim como três recipientes próprios para lixo, para o almoço convívio da referida prova.

A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o pedido solicitado.

Deliberação aprovada em minuta do final da reunião.

8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

8.1 - E.P. - ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A: Ofício n.º 21974, datado de 23 de Fevereiro de 2009, enviando minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Constância e o Município de Vila Nova da Barquinha, referente à intervenção a desenvolver na Ponte sobre o Tejo.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, a Câmara deliberou por, unanimidade, o seguinte:

- Lamentar que sejam imputados encargos às autarquias quando esta ponte serve o país e não apenas a população destes concelhos (ponto 7) e manifestar indignação por esses encargos não serem assumidos pelo PIDDAC, isto é, pelo Governo, como seria de toda a justiça.
- Aceitar genericamente o conteúdo do protocolo, ressaltando o que atrás é referido, caso a tutela o aceite, como será de esperar. De contrário, os valores a pagar pelas autarquias deverão ser fraccionados mensalmente e durante o período em que as obras decorrerem. A debilidade económica dos municípios torna impossível avançar-se a título de adiantamento com verbas tão avultadas (ponto 8).
- Seria desejável que os encargos fossem bem definidos e não se deixasse a referência a valores não elegíveis que serão suportados pela EP, REFER, Câmara Municipal de Constância e Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha (ponto 7). Ainda assim, aceita-se caso não seja possível clarificá-los como se refere.
- Relativamente ao ponto 9, os Municípios de Constância e de Vila Nova da Barquinha não têm possibilidades económicas para suportar os encargos com a manutenção e conservação futuras da ponte. Aceita-se em conformidade com o que tem acontecido até hoje, ou seja, pequenas reparações e conservação de ordem corrente.
- Por último, o protocolo deve consagrar que a obra se faça no mais curto espaço de tempo, conforme consta no Caderno de Encargos, bem como, a permissão da